



ABTL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TERMINAIS DE LÍQUIDOS



Clipping Diário

SEXTA-FEIRA 24.10.25

Fórum Brasil Export discutirá futuro sustentável da infraestrutura de transportes

PLATAFORMA: BE NEWS | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

O papel da sustentabilidade e da integração entre modais no futuro da infraestrutura nacional estará no centro dos debates do Painel InfraESG, que integra a programação do Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025, nos dias 28, 29 e 30 deste mês, em Brasília. O encontro será realizado no Royal Tulip Alvorada e terá transmissão pela TV BE News.

O painel, marcado para o dia 29, reunirá autoridades e executivos de empresas do setor de transportes para discutir estratégias que aliem eficiência logística e responsabilidade ambiental. A moderação será do diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz. Participam do debate Clóves Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes; Alber Vasconcelos, diretor da Antaq; Mariana Pescatori, diretora Regulatória e Institucional da Hidrovias do Brasil; Marcos Moreira, diretor-presidente do Núcleo Paraná Federais da EPR; Rebeca Oliveira, vice-presidente financeira do Complexo do Pecém; e Sergio Bacci, presidente da Transpetro.

A discussão dará sequência aos temas levantados no InfraESG Talks, promovido pela ANTT no último dia 10, na Arena B3, em São Paulo. O evento foi organizado em parceria com o Ministério dos Transportes, a B3, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Grupo Brasil Export, e teve como foco transformar a agenda ESG em ações práticas e coordenadas entre o poder público e a iniciativa privada.

Durante esse encontro, Felipe Queiroz destacou que a cooperação institucional é essencial para que a sustentabilidade deixe de ser apenas um conceito e se traduza em resultados concretos. Segundo ele, o diálogo entre órgãos públicos, concessionárias e empresas privadas é o caminho para uma agenda sólida e financeiramente viável.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, também enfatizou a transversalidade da sustentabilidade na formulação de políticas públicas e mencionou o esforço da pasta em incluir a resiliência e a transição energética nos projetos de infraestrutura. Outro ponto abordado foi a Taxonomia Sustentável Brasileira, ferramenta que orientará o financiamento de projetos de baixo impacto ambiental.

Brasil Export

Com mais de duas décadas de atuação, o Grupo Brasil Export é reconhecido como o maior movimento multissetorial do país voltado à logística, infraestrutura de transportes e comércio exterior. O Fórum Nacional reunirá executivos de diferentes regiões, conselheiros do Brasil Export, agentes públicos, magistrados e representantes das empresas patrocinadoras.

Renan Filho: Meta é realizar 14 leilões rodoviários em 2026

PLATAFORMA: ISTO É | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

A meta do governo federal é realizar 14 leilões rodoviários em 2026, segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho. A expectativa é encerrar 2025 com 13 disputas, após as nove acumuladas em 2023 e 2024 anteriores.

A disputa pelo Lote 4 do Paraná foi a oitava promovida pela pasta em 2025. Até o restante do ano, mais cinco estão previstas, atingindo os 13 estimados.

O próximo é o do Lote 5 do Paraná. Agendado para a próxima quinta-feira, 30, deve contar com entre quatro e cinco participantes, segundo o ministro.

Em relação ao resultado desta quinta, Renan Filho destacou o alto nível de competição, com quatro interessados, incluindo a Mota-Engil, empresa portuguesa que estreou em leilões rodoviários. “Temos visto novos entrantes e uma competição que derruba preço dos pedágios”, afirmou.

O Lote 4 do Paraná foi arrematado pelo Consórcio Infraestrutura PR, formado pela EPR e um fundo de investimento da Perfin.

A ganhadora desbancou outras três concorrentes após ofertar um desconto de 21,3% sobre a tarifa básica de pedágio. Além da Mota-Engil, a Motiva (ex-CCR), o Patria e a Mota-Engil também concorreram.

O ministro dos Transportes destacou ainda que, com o Lote 4 do Paraná, os investimentos rodoviários privados atingiram R\$ 200 bilhões diante dos leilões promovidos pelo atual governo.

TCU pede plano de fiscalização dos recursos federais no projeto do túnel imerso entre Santos e Guarujá

PLATAFORMA: G1 SANTOS | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apresentem um documento que estabeleça responsabilidades e procedimentos para acompanhar e fiscalizar o uso dos recursos federais na parceria público-privada (PPP) do túnel imerso entre Santos e Guarujá, no litoral de São Paulo.

O ministro Bruno Dantas, do TCU, apresentou um relatório, nesta quarta-feira (22), cujo objetivo era identificar eventuais irregularidades e inconsistências normativas, além de riscos à boa governança, legalidade orçamentária e proteção do interesse público federal no projeto.

As fragilidades já tinham sido apontadas pelo ministro duas semanas antes do leilão, que aconteceu no dia 5 de setembro e teve a empresa portuguesa Mota-Engil como vencedora. Entre elas, estavam: matriz de riscos insuficiente, governança interfederativa deficiente, titularidade e reversão do ativo indefinidas e ausência de instrumento jurídico para o aporte da APS (saiba mais clicando aqui).

A partir do relatório, os ministros do tribunal determinaram o prazo de 60 dias à APS e à Antaq que entreguem um documento com os seguintes pontos:

Espelhamento do cronograma e dos marcos estabelecidos no contrato de concessão, vinculando o custeio federal à execução do projeto, com comprovação documental da execução física das obras;

Previsão de relatórios periódicos de acompanhamento, incluindo a verificação das informações repassadas pelo Estado de São Paulo;

Regras explícitas de prestação de contas;

Cláusulas de transparência e publicidade

Salvaguardas de responsabilização, prevendo hipóteses de inadimplemento ou desvio de finalidade, inclusive com possibilidade de recomposição patrimonial ou compensações financeiras pela concessionária, ou pelo Estado de São Paulo.

No mesmo documento, o TCU recomendou que a APS e a Antaq contratem um Organismo de Inspeção Acreditada para auxílio no acompanhamento, fiscalização e prestação de contas referentes aos aportes de recursos federais na obra do Túnel Santos-Guarujá.

O que dizem a APS e a Antaq?

Por meio de nota, a Antaq informou que aguarda a notificação do TCU sobre o assunto para adotar as providências cabíveis dentro do prazo estabelecido.

Também em nota, a APS afirmou que a decisão do TCU é bem-vinda. “Será feita pela Autoridade Portuária de Santos dentro do prazo estabelecido, com naturalidade, uma vez que os esforços de construção do túnel Santos-Guarujá começaram com a APS”, explicou a empresa pública federal.

A APS destacou que criou o Comitê Regional Permanente de Monitoramento de Impactos Ambientais após o leilão, para acompanhar, avaliar e propor medidas relacionadas aos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento.

Segundo a empresa, o extrato do primeiro termo aditivo ao Convênio de Delegação de Competências, entre União, Governo do Estado de São Paulo e APS, foi publicado no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (23), visando a execução do projeto de construção, operação e manutenção do túnel.

Investimento de R\$ 6,8 bilhões

O projeto, realizado pelo governo federal, em parceria com o governo de São Paulo e a APS, é considerado uma das obras de infraestrutura mais estratégicas do estado, com potencial de transformar a mobilidade regional, fortalecer a economia local e otimizar a operação portuária.

A empresa portuguesa Mota-Engil venceu o leilão no dia 5 de setembro de 2025, sendo responsável pela construção, operação e manutenção do empreendimento por 30 anos, por meio de uma parceria público-privada (PPP).

Esta será a primeira travessia imersa do Brasil, um projeto de infraestrutura com 1,5 km de extensão, sendo 870 metros debaixo d'água, conectando as duas cidades por uma via seca para veículos, pedestres e VLT.

Orçado em R\$ 6,8 bilhões e com previsão de conclusão para 2030, o túnel visa reduzir drasticamente o tempo de travessia, de cerca de 1 hora para 5 minutos, e resolver os problemas causados pela dependência das balsas e o longo percurso rodoviário.

Prêmio ATP 2025: Porto Sudeste vence na categoria inovação portuária

PLATAFORMA: BE NEWS | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) premiou, nesta quinta-feira (23), os projetos do Porto Sudeste e da Samarco Mineração como vencedores da terceira edição do Prêmio ATP, em cerimônia realizada no Clube Naval, em Brasília.

O Porto Sudeste conquistou o primeiro lugar na categoria “inovação tecnológica portuária”, enquanto a Samarco foi a vencedora em “impacto social portuário”.

O Prêmio ATP 2025 recebeu um número recorde de inscrições (53). Na categoria inovação, o Porto Sudeste, localizado em Itaguaí (RJ), foi reconhecido pelo projeto “Derrocagem subaquática com fio diamantado”. De forma pioneira no setor, a companhia utilizou corte de rocha com fio diamantado, minimizando impactos ambientais e otimizando a eficiência operacional portuária. O projeto se destacou pela “precisão, baixo nível de ruído/vibração e reduzida turbidez gerada na água, bem como manutenção da capacidade de operação portuária durante o projeto, conferindo maior competitividade e sustentabilidade ao setor”.

A Samarco conquistou o prêmio principal na categoria impacto social pelo projeto “Maré de Sorte”, que capacitou marisqueiras e pescadores de Ubu, Parati e Meaípe (ES), promovendo inclusão social, formalização da pesca artesanal e sustentabilidade. Foram realizados cursos sobre boas práticas, legislação e educação ambiental, além da entrega de equipamentos individuais e coletivos. A iniciativa fortaleceu associações locais, melhorou a renda e ampliou o acesso a políticas públicas e mercados formais.

As duas outras companhias premiadas, na categoria inovação, foram o Porto Itapoá (SC), com o segundo lugar, e o Porto do Açu (RJ), em terceiro.

Itapoá foi reconhecido pelo projeto “Otimização de movimentos produtivos”. Para tornar assertivo o posicionamento de contêineres e evitar movimentos improdutivos, criou-se solução com IA para prever o tempo de permanência de contêineres de importação no porto. Os resultados mostraram o potencial de evitar remoções em 29.047 unidades de contêineres em 22 meses. A previsão era evitar a remoção de 500 un/mês, mas a média foi de 1.320 un/mês. Assim, o saving do projeto já alcançou a marca de R\$ 1,389 milhão.

O Porto do Açu foi premiado, em terceiro lugar, com o projeto “Coletivo de Ações em Inovação e Sustentabilidade (Cais) – ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação”. Implantado no complexo porto-indústria, visa transformá-lo em uma plataforma de inovação. Por meio de uma rede de parcerias, projetos de impacto foram desenvolvidos sob os pilares de transição energética, transformação digital, novos negócios e melhorias de processos. Em dois anos de atuação, está sendo reconhecido como referência nacional e internacional em inovação portuária.

Capacitação de jovens e valorização da pesca artesanal

Na categoria impacto social, o projeto “Capacitação de jovens” levou a Hidrovias do Brasil a conquistar o segundo lugar, enquanto a Edge foi premiada em terceiro com o projeto “Culinária caiçara na Baixada Santista: valorização da pesca artesanal e cultura tradicional”. A iniciativa da Hidrovias promove a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade, por meio de capacitações técnicas e comportamentais, mentorias e feiras de negócios. Com mais de 200 jovens capacitados, gera impacto social e econômico, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 e 11, ao fomentar trabalho decente, crescimento econômico e o fortalecimento das comunidades em territórios portuários.

O projeto da Edge premiado valorizou a culinária e a pesca artesanal, na Baixada Santista, resultando em um livro de receitas. Desenvolvido com comunidades pesqueiras, o livro apresenta receitas com pescados locais, histórias de pontos de pesca e trajetórias de cozinheiros das comunidades. Baseado em dados de desembarque pesqueiro desde 2020, o projeto impactou mais de 2 mil pessoas e promoveu a inclusão, preservação cultural e valorização da pesca artesanal. O livro é um registro histórico e educacional, transformando dados técnicos em patrimônio cultural acessível e combatendo a invisibilidade da cultura caiçara.

A cerimônia de premiação dos vencedores do prêmio ocorreu durante o 12º Encontro ATP. O presidente da Associação, Murillo Barbosa, destaca a qualidade do número crescente de projetos desenvolvidos pelos portos privados no país.

“O recorde de inscrições no Prêmio ATP reflete o compromisso dos portos privados com a inovação, a sustentabilidade e a eficiência operacional, além do investimento em ações sociais alinhadas às melhores práticas do setor”, destaca o presidente da ATP, que representa empresas responsáveis por 73 terminais privados no país, atuantes em segmentos como agronegócio, mineração, siderurgia, petróleo e gás, contêineres e complexos logísticos.

A banca de jurados do Prêmio ATP, composta por nove profissionais do setor, avaliou os trabalhos inscritos com base em critérios como originalidade, relevância estratégica, aplicabilidade, viabilidade técnica e financeira e engajamento comunitário. Analisaram os projetos especialistas da academia, técnicos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), entre outros. A ATP não teve participação no julgamento dos trabalhos.

O Prêmio ATP, criado em 2023, foi pioneiro ao premiar ações exclusivas de portos privados brasileiros: terminais de uso privado (TUP), incluindo estações de transbordo de carga (ETC), instalações portuárias de turismo (IPTur), e instalações de registro caracterizadas como Unidade de armazenamento e Regaseificação Flutuante (FSRU).

Ceportos: Audiência tem confronto entre sindicatos e entidades patronais

PLATAFORMA: BE NEWS | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

Um ano após o desentendimento entre os trabalhadores portuários e os integrantes da Ceportos – comissão de juristas que elaborou o PL (Projeto de Lei) 733/2025 na Câmara dos Deputados –, a cena de expulsão dos sindicalistas da audiência e a escolha de representantes de associações que representam o empresariado durante as atividades legislativas se repetiu.

Desta vez, o episódio ocorreu durante a audiência da comissão especial que analisa o texto voltado à modernização da legislação portuária, em um debate sobre a mão de obra sob a perspectiva dos empregados. O presidente da Fenop (Federação das Operações Nacionais Portuárias), Sérgio Aquino, e o presidente da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), Murillo Barbosa, precisaram de proteção da polícia legislativa para deixar a Câmara dos Deputados.

Entre outras mudanças, o texto que está em análise pelos membros do colegiado flexibiliza o modelo de contratação dos profissionais e extingue a exclusividade da contratação da categoria pelo Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra).

O ponto que afeta os trabalhadores é o tópico mais sensível da matéria, e, desde o ano passado, vem sendo costurado um acordo entre as federações dos trabalhadores e as patronais, com o apoio do MPor (Ministério de Portos e Aeroportos). O resultado das negociações chegou a ser entregue aos parlamentares da comissão especial, mas a reunião desta quarta-feira (22) escancarou que a classe trabalhadora está dividida quanto à medida.

Durante a comissão, integrantes dos sindicatos dos estivadores ficaram de costas para o discurso do presidente da FNE (Federação Nacional dos Estivadores), José Adilson, principal articulador do acordo entre o MPor e os trabalhadores. Aos gritos de “traidor”, os sindicalistas foram retirados do colegiado. “O que nós fizemos foi manter a nossa exclusividade e mitigar alguns pontos pelos quais vínhamos lutando desde a sanção da Lei 12.815/2013”, justificou José Adilson.

Com a exposição da divisão entre os trabalhadores, o presidente do colegiado, deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), solicitou que um novo acordo seja elaborado e posteriormente apresentado à comissão para análise do relator, deputado Arthur Maia (União-BR), que reconheceu a necessidade de ajustes no texto.

“Como relator, estou absolutamente disposto a participar, ouvir e discutir com os trabalhadores. A consultoria legislativa já me informou que, dentro do acordo apresentado, existem medidas jurídicas inviáveis. [...] Como relator, prefiro insistir na possibilidade de entendimento”, afirmou. O colegiado retoma a discussão sobre o trabalho portuário nesta quinta-feira (23), durante um seminário marcado para ocorrer na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Após crítica de deputado, setor portuário defende acordo capital-trabalho

PLATAFORMA: BE NEWS | CADERNO: ONLINE | 24.10.25

Dirigentes de associações empresariais portuárias saíram em defesa do inédito acordo sobre questões laborais firmado entre a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e as federações de trabalhadores portuários. As manifestações ocorreram nessa quinta-feira, dia 23, um dia após o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), ter afirmado ser contra o acordo, explicando que ele poderia trazer mais ganhos para os trabalhadores.

O memorando com as propostas laborais aprovado pelas federações foi oficializado no último dia 2 de setembro, trazendo um consenso inédito sobre temas da relação capital-trabalho. Entre os pontos citados no texto, estão definições e classificações do trabalho portuário, certificação dos trabalhadores, critérios de contratação com vínculo empregatício e regras para negociação coletiva e indenização dos profissionais.

A ideia é que esses termos, por terem o apoio de empresários e sindicalistas trabalhistas, fossem aproveitados na versão final do Projeto de Lei n. 733, de 2025, atualmente em debate na Câmara dos Deputados e que vai estabelecer um novo marco regulatório para o setor.

O documento chegou a ser elogiado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos). Na época da apresentação do texto, ele destacou que “este é um trabalho coletivo (do setor empresarial e do laboral) em que todos nós ganhamos. Ganha o Brasil com esse entendimento. Cada vez mais eu tenho admiração pelo setor portuário brasileiro, pois é um setor que gera emprego, gera renda e movimenta a economia. Este momento vai ficar marcado na história do setor portuário brasileiro”.

Na quarta-feira, durante sessão da comissão especial de deputados que debate o PL 733, Barbosa afirmou que, “do jeito que está hoje esse acordo, a gente tem que ser objetivo, eu sou contra”. Em seguida, disse que “há espaço (no memorando) para dialogar, para melhorar, para evoluir”. O parlamentar ainda citou que “ninguém é obrigado a incluir o acordo no relatório final”.

A fala do presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) foi transmitida pelo canal da Câmara no Youtube. De imediato, trechos da fala de Barbosa começaram a circular entre empresários portuários e lideranças do segmento.

Em menos de 24 horas, dirigentes de associações de terminais e operadores portuários passaram a se manifestar em defesa do acordo. Principal articulador do memorando, o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop, que reúne os sindicatos dos operadores portuários), Sérgio Áquino, destacou que o memorando foi um trabalho de negociação “legítimo” entre o setor empresarial e o dos trabalhadores. “Todos tinham suas demandas, que foram negociadas. Conseguimos um consenso nesses termos, que são muito positivos, avançando em várias questões laborais. E tudo foi aprovado por sindicatos e pelas federações envolvidas. É um acordo válido e que está mantido entre as partes”, explicou.

“Negociação legítima”

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, enfatizou a importância do memorando firmado, pelos avanços em questões operacionais. E afirmou que “respeita a manifestação do deputado, mas acredito no acordo que foi firmado. Foi uma negociação legítima entre as federações (laborais e empresariais) e inédita, importante para os trabalhadores, o setor empresarial e para o segmento portuário. Por isso, defendemos que suas propostas sejam incluídas no novo marco regulatório”.

Também em defesa do acordo, o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, declarou que “a Câmara é o lugar legítimo para que acordos como esse sejam discutidos e o deputado (Paulo Alexandre Barbosa) tem o direito legítimo de ter seu entendimento”. Mas defendeu as propostas que constam do memorando. “Os termos desse acordo foram aprovados pelas federações trabalhistas, que trataram disso com seus sindicatos em todo o Brasil, e pela Fenop. E trouxe avanços significativos, como a indenização dos trabalhadores, a possibilidade dele poder trabalhar em qualquer porto do País (hoje, o profissional só pode atuar no porto em que está cadastrado). Tenho certeza que é o melhor acordo que poderíamos obter”.

Silva ainda destacou que “a ABTP respeita o posicionamento de cada deputado”, mas “confiamos na importância do acordo”.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa foi procurado pela reportagem. Segundo sua assessoria, a crítica feita pelo parlamentar foi no sentido de defender melhorias para os trabalhadores no acordo.